

Relatório #35 – Se romper o teto, a “casa” cai?

27 de outubro de 2021

Olá, investidor!

Como vai?

Sumário

No relatório de hoje, falarei sobre como o rompimento do teto de gastos deve afetar o mercado brasileiro de ações, explicando porque a Bolsa reagiu tão mal a essa notícia, além de falar um pouco a respeito do que podemos esperar para os próximos meses.

Boa leitura!

O que é o teto de gastos?

Implementado em 2017, durante o mandato do ex-presidente Michel Temer, o teto de gastos estabeleceu um limite para os gastos do governo federal pelo período de 20 anos. Desde então, o aumento das despesas públicas fica limitado à variação da inflação medida pelo IPCA no período de 12 meses encerrado em junho.

A medida foi adotada para conter o avanço da dívida pública brasileira, já que desde 2014, ainda na administração de Dilma Rousseff, o Brasil está em déficit primário, ou seja, os gastos do governo, excluindo-se o custo da dívida, são maiores do que a arrecadação.

Por conta disso, o teto de gastos é visto como a principal âncora fiscal do Brasil desde a sua implementação. A regra trouxe mais confiança para os investidores, uma vez que tornou a situação das contas públicas brasileiras um pouco mais estável e previsível.

Auxílio Brasil e o rompimento do teto

O presidente Jair Bolsonaro já havia proposto anteriormente a implementação do Auxílio Brasil, programa social que deve substituir o Bolsa Família, com um valor médio de benefício de R\$ 300. Para viabilizar o novo programa, Bolsonaro conta com a aprovação da PEC dos precatórios, que permitiria o parcelamento das dívidas judiciais do governo federal com vencimento em 2022.

Entretanto, diante do aumento do número de pessoas em situação de vulnerabilidade no Brasil em meio ao atual cenário de desemprego e inflação em alta, o governo passou a defender um benefício com valor mais alto, o que implicaria a necessidade de utilizar recursos de fora do teto de gastos.

Para permitir um aumento do valor médio do Auxílio Brasil para R\$ 400 por beneficiário, a comissão especial criada na Câmara dos Deputados para discutir a PEC dos precatórios optou por incluir na proposta uma alteração no modelo de correção do teto de gastos. Com a mudança, o limite para as despesas deixaria de ser reajustado com base na inflação acumulada no período de 12 meses encerrado em junho, e passaria a ser corrigido de acordo com a variação do IPCA entre janeiro e dezembro.

Essa medida, por mais que pareça inofensiva para as contas públicas, permitiria um aumento dos gastos públicos em cerca de R\$ 40 bilhões em 2022. Somada à proposta de parcelamento dos precatórios, o montante adicional que o governo teria à disposição para gastar no ano eleitoral seria de R\$ 84 bilhões.

Essa alteração é enxergada pelo mercado como um rompimento do teto de gastos, já que permite que o governo gaste além daquilo que estava inicialmente estipulado caso a regra fosse seguida.

Teto furado, e agora?

A PEC dos precatórios ainda precisa ser votada no Congresso, mas ao contrário de outras propostas menos populares encaminhadas pelo governo para o Legislativo, a ideia de aumentar o valor do Auxílio Brasil é de interesse de grande parte da classe política brasileira, que tem uma inclinação ao populismo fiscal. Sendo assim, o mercado já começa a se preparar para a aprovação da PEC, o que pode ser notado tanto nos ativos de renda fixa quanto na renda variável.

O Ibovespa acumulou perdas de 7,28% na semana encerrada no dia 22 de outubro, recuando de 114 mil para 106 mil pontos, enquanto os juros, por outro lado, dispararam. Passados esses eventos traumáticos, o índice ensaia uma recuperação, com investidores em busca de oportunidades após o pânico que fez com que diversas ações sofressem perdas significativas.

Na segunda-feira, o Ibovespa fechou em alta de 2,28%, aos 108.714 pontos.

Mas o que justifica essa reação dos mercados?

Basicamente, é importante entender que a saúde das contas públicas afeta a economia como um todo. Se a dívida de um determinado país começa a fugir de controle, existem apenas três saídas: contrair dívida nova, pagando juros mais altos, aumentar os impostos, ou, caso o país esteja endividado em sua própria moeda, emitir moeda nova.

Contudo, todas essas alternativas trazem efeitos colaterais desastrosos para a economia, como inflação mais alta, desvalorização cambial e estagnação econômica, e é por isso que os mercados reagem mal quando o governo sinaliza que não está comprometido com a redução do endividamento público.

Ainda assim, é preciso ter em mente que a situação fiscal brasileira, apesar de delicada, não é catastrófica. O momento atual demanda cautela e paciência dos investidores, que precisam ter serenidade para não ceder ao pânico que se instaurou nos mercados.

Mudança de cenário

O rompimento do teto de gastos obriga o mercado a repensar suas projeções para a inflação, os juros, o câmbio, o crescimento do PIB e o desempenho da Bolsa. Porém, opções de investimento boas e ruins sempre existiram, e elas continuarão existindo nesse novo cenário que se desenha diante de nós.

Caso a PEC dos precatórios seja aprovada no Congresso e o teto de gastos seja furado, podemos nos deparar com inflação mais alta, e uma resposta mais contundente do Banco Central a essa alta de preços, subindo os juros até um patamar superior ao que era esperado pelo mercado.

Essa alta dos juros, por sua vez, pode desacelerar ainda mais a atividade econômica brasileira, já que tornaria o crédito mais caro, dificultando a redução do desemprego e desestimulando o investimento privado.

Por outro lado, alguns setores podem se beneficiar da alta do consumo que deve ocorrer em decorrência da implementação do Auxílio Brasil, conseguindo sustentar bons resultados no ano de 2022, a despeito dos desafios econômicos e dos ruídos políticos.

Empresas postergam estreia na Bolsa

Uma série de empresas vinha realizando os preparativos para abrir seu capital na B3 e utilizar os recursos captados por meio da emissão de ações para investir na expansão de seus negócios.

Porém, com investidores receosos diante da perspectiva de juros altos e desempenho mais fraco da economia brasileira em 2022, grande parte dessas empresas decidiram adiar os planos, temendo não atingir os volumes de recursos esperados em suas ofertas iniciais de ações.

Enquanto a situação fiscal brasileira não der sinais de melhora, podemos esperar menos empresas debutando na Bolsa.

Conclusão

Seguimos sem nenhuma alteração nas recomendações da carteira, pois apesar da volatilidade do curto prazo, são ativos de valor e que devem performar bem no médio e longo prazo. Além da nossa grande exposição a taxa de juros Selic, que se beneficiará enquanto o juros estiver em patamares altos.

O momento atual exige uma análise cuidadosa das opções de investimento disponíveis, buscando compreender como cada um deles deve se sair nesse cenário de maior incerteza fiscal. Com isso, é possível reduzir os riscos e reconhecer as oportunidades que o mercado oferece.

Por hoje é isso e até a próxima!

Felipe Bevilacqua.

Já conhece todas as carteiras LVNT?



Carteira Zero Risco

● Tesouro Selic 2024 / CDB garantido pelo FGC / Fundos DI com taxa 0%



Carteira LVNT Conservadora

● Tesouro Selic 2024 / CDB garantido pelo FGC / Fundos DI com taxa 0 - 90%

- BOVA11 - 5%
- XFIX11 - 2,5%
- DIVO11 - 2,5%



Carteira LVNT Moderada

● Tesouro Selic 2024 / CDB garantido pelo FGC / Fundos DI com taxa 0 - 85%

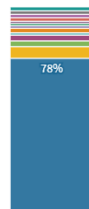
- BOVA11 - 5%
- XFIX11 - 2,5%
- DIVO11 - 2,5%
- ITSA4 - 1%
- TRPL4 - 1%
- HGLG11 - 1,5%
- KNRI11 - 1,5%



Carteira LVNT Arrojada

● Tesouro Selic 2024 / CDB garantido pelo FGC / Fundos DI com taxa 0 - 78%

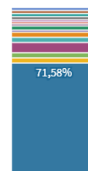
- BOVA11 - 5%
- XFIX11 - 2,5%
- DIVO11 - 2,5%
- RAIZ4 1%
- VVIA3 2%
- VALE3 1%
- ITSA4 - 1%
- TRPL4 - 1%
- XPML11 1,5%
- TEPP11 1,5%
- HGLG11 - 1,5%
- KNRI11 - 1,5%



Carteira LVNT Arrojada Plus

● Tesouro Selic 2024 / CDB garantido pelo FGC / Fundos DI com taxa 0 - 68%

- IVVB11 2,5%
- XINA11 2,5%
- BOVA11 - 5%
- XFIX11 - 2,5%
- DIVO11 - 2,5%
- RAIZ4 1%
- VVIA3 2%
- VALE3 1%
- ITSA4 - 1%
- TRPL4 - 1%
- XPML11 1,5%
- TEPP11 1,5%
- HGLG11 - 1,5%
- KNRI11 - 1,5%



DISCLAIMER

Este material foi elaborado exclusivamente pela Levante Ideias de Investimos e pelo analista Felipe Bevilacqua (sem qualquer participação do Grupo UOL) e tem como objetivo fornecer informações que possam auxiliar o investidor a tomar decisão de investimento, não constituindo qualquer tipo de oferta de valor mobiliário ou promessa de retorno financeiro e/ou isenção de risco. Os valores mobiliários, discutidos neste material, podem não ser adequados para todos os perfis de investidores que, antes de qualquer decisão, deverão realizar o processo de *suitability* para a identificação dos produtos adequados ao seu perfil de risco. Os investidores que desejem adquirir ou negociar os valores mobiliários cobertos por este material devem obter informações pertinentes para formar a sua própria decisão de investimento. A rentabilidade de produtos financeiros pode apresentar variações e seu preço pode aumentar ou diminuir, podendo resultar em significativas perdas patrimoniais. Os desempenhos anteriores não são indicativos de resultados futuros.